



Luciano da  
Silva Moreira

# Combates tipográficos

As primeiras tipografias mineiras desempenharam papel vital na criação dos espaços públicos da província, interferindo, com as mais variadas publicações, nas batalhas políticas que definiram os rumos do Estado brasileiro durante o período regencial.

> A historiografia sobre a vida política em Minas Gerais tem enfatizado a importância dos objetos impressos. Jornais, panfletos e opúsculos são analisados e interpretados de maneira intensa por número relevante de historiadores, entre os quais destacamos os trabalhos de Wlamir Silva e Guilherme de Souza Maciel.<sup>1</sup> Existe entre os estudiosos o consenso de que o impresso foi um dos principais ingredientes das culturas políticas e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias, tornando-se verdadeira pedra fundamental para o desenvolvimento dos espaços públicos no século XIX. Ademais, por meio da imprensa, diversas personagens encontraram o espaço privilegiado para expressão de suas vozes, iniciando a formação de uma “cultura dos impressos” na Província de Minas Gerais.

Restam ainda nessa esfera algumas perguntas a serem respondidas. Como esses objetos eram trazidos à luz? Quem, de fato, potencializava o manuscrito, multiplicando-o como artefatos impressos? Ao lançarmos tais questões, pretendemos avaliar o processo de criação e difusão daquelas publicações cujo desígnio primordial era levar à ação. Portanto, analisaremos as tipografias como um dos elementos que contribuíram para a transformação da sociedade mineira da primeira metade do Oitocentos, modificando de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais.<sup>2</sup>

Ressaltamos que as fontes sobre as tipografias e os tipógrafos em Minas Gerais são raras e marcadas por uma forte inadequação. Não encontramos, até o momento, nenhum arquivo ou fundo exclusivamente dedicado às tipografias mineiras em seus primórdios. Entretanto, é possível descobrir pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de fontes ditas “oficiais”. Os registros da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, apresentam-nos alguns rastros das oficinas tipográficas mineiras.

Além disso, a documentação das câmaras municipais mineiras, conservada no mesmo Arquivo, permite-nos fazer apreciação semelhante. Mais ainda, por meio da legislação pertinente podem ser levantados alguns dados, pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria câmara, em código específico.<sup>3</sup>

Encontramos um desses códigos no Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP).<sup>4</sup> Esse encadernado informa-nos a quantidade de oficinas existentes na capital da província, suas localizações, os proprietários e impressores, além de algumas questões envolvendo os donos, os funcionários e até a Câmara. Os próprios periódicos podem nos oferecer dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política. A partir desses registros, podemos começar a trilhar os caminhos percorridos pelas primeiras tipografias mineiras.

### Primórdios

Há uma origem quase mitológica da arte de imprimir em Minas Gerais. Conta-se que a primeira obra impressa nas Alterosas é anterior ao advento da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. De fato, há um volume datado de 1806, gravado em talho-doce, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcelos, conhecido como *Canto Encomiástico*.<sup>5</sup> Constitui-se num panegírico dirigido ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o capitão-general Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Como obra laudatória, o *Canto* detém-se na personalidade do homenageado, exaltando a linhagem “D’Arvore antiga”. Herói por “Conter féro indomável Botecudo”, Ataíde e Mello é apresentado como verdadeiro “Cincinato das Gentes Luzitanas”. Diogo de Vasconcelos conclui: “Se não posso faser q’Immortal sejas,/ Nome Immortal posso faser que vejas”.<sup>6</sup>



Prensa de madeira atribuída ao padre José Joaquim Viegas de Menezes. Vila Rica, circa 1806. Acervo Museu da Inconfidência, Ouro Preto.

Primeiramente, os versos foram apresentados manuscritos ao governador, os quais foram de seu agrado. Desejando ver a obra impressa, Ataíde e Mello recorreu à pessoa considerada mais hábil e engenhosa em Vila Rica para realizar a tarefa. O impressor do *Canto* foi o padre Viegas de Menezes, que imprimiu o poema construindo um tórculo de madeira, preparando, ele mesmo, a tinta, as folhas de cobre e o restante necessário para o empreendimento.<sup>7</sup> Acredita-se que uma prensa existente atualmente no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, seja a lendária máquina construída pelo artífice mineiro. Para realizar seu intento, Viegas de Menezes utilizou-se da arte da calcografia, tendo aprendido as técnicas por intermédio do frei José Mariano da Conceição Veloso, parente de Tiradentes, na Régia Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa. A Oficina do Arco do Cego encerrou suas atividades em 1801, ano em que apresentou, traduzido e impresso, o *Tratado da gravura à água forte e buril, e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas e de imprimir em talho-doce*, de Abraão Bosse. Atribui-se a tradução dessa obra ao padre Viegas de Menezes, que no ano seguinte voltou ao Brasil, instalando-se em Vila Rica.<sup>8</sup> Assim, de maneira rudimentar e subserviente, principiava a imprensa mineira.

Passados 20 anos desde essa primeira aventura impressa, a arte de imprimir ainda permanecia artesanal e elementar na Província de Minas Gerais. Entretanto, diferentemente daquele mundo da época da capitania, a província registrava outro uso para a prensa. Não era mais a louvação de um governo que dava o tom das oficinas. Eram, aliás, a crítica e a disputa que ocupavam os impressores nos anos finais do Primeiro Reinado. O calor do momento impulsionou a criação de diversos prelos em pontos distantes de Minas. Trataremos, agora, das tipografias, que, embora permanecessem artesanais e rudimentares, revelavam-se poderosas no debate político.

Conforme a historiografia, houve tentativa de instalação de uma imprensa oficial na Província de Minas Gerais em 1822. O secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto<sup>9</sup> intentou organizar uma Tipografia Nacional da Província de Minas Geraes, da qual era o inspetor. O projeto inicial consistia em imprimir “200 exemplares de uma folha diária em 4º, ou de 3 numeros em semana, na qual incluão-se artigos officiaes do exm. governo de interesse nacional, particular do Brazil e provincia, noticias geraes e variedade”.<sup>10</sup>

Para tanto, o inspetor contava com pelo menos um redator, um “director-machinista” (possivelmente tratava-se do impressor) e alguns compositores. Porém, seu plano não logrou êxito, pois “não correspondeu ao conceito que dele se fizera e por isso foi suspenso de vencimentos e despedidos os respectivos Empregados e quando mal podia satisfazer ao comprometimento a que se sujeitara foi obrigado a ceder a maior parte dos ditos Operários”.<sup>11</sup>

Outra oficina tipográfica foi criada na mesma época por Manuel José Barbosa, auxiliado pelo mítico padre Viegas de Menezes. Conforme seu criador, essa tipografia mereceu “o epíteto de Patrícia pelo emprego de letra e máquinas construídas na mesma Imperial Cidade”<sup>12</sup> de Ouro Preto. Esse estabelecimento, ainda de acordo com seu proprietário, ocupava-se primordialmente da “impressão de papéis oficiais”. No entanto, em 1823, naquela Oficina Patrícia de Barbosa e Cia., veio a lume o primeiro periódico de Minas: o *Compilador Mineiro*. Dessa mesma tipografia surgiu a *Abelha do Itaculumy*, em 1824. Folha de cunho liberal, esteve imersa nos debates acerca do constitucionalismo no Brasil. No ano seguinte, era iniciada a impressão de *O Universal*, o mais longo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências.

A aquisição e manutenção de uma tipografia não representavam tarefa fácil. A Oficina Patrícia de Barbosa

e Cia., por exemplo, foi montada com matéria-prima da própria província, como afirma o redator do *Abelha do Itaculumy* em seu prospecto:

Todos os seus utensis forão aqui fabricados sem modelos, e sem outra direcção, que o achado em alguns Livros; e para maior glória dos mesmos [redatores] grande porção de typos se fundio de chumbo estrahido de nossas Minas.<sup>13</sup>

O alto custo dos materiais tipográficos levou os naturais da província, seguindo o exemplo do padre Viegas de Menezes, a procurarem meios de driblar suas dificuldades. Além dos problemas para conseguir a prensa, cabia ao empreendedor, geralmente uma única pessoa, montar prelos e fundir tipos, além de redigir e imprimir seus jornais. Na história de Minas, há outras personagens exemplares que comprovam essa prática: Geraldo Pacheco de Melo, no Arraial de Itambé do Serro (atual Itambé do Mato Dentro - MG); Manuel Sabino de Sampaio Lopes, auxiliado por João Nepomuceno Aguillar, no Arraial do Tijucu (atual Diamantina - MG); e o padre José de Sousa Lima, na Vila da Campanha da Princesa (atual Campanha - MG).

Em 1831, Geraldo Pacheco editou o *Liberal do Serro*. Pacheco era ourives e mecânico e “pelos seus conhecimentos nessas artes concebeu e levou a efeito o fabrico e montagem de um prelo”.<sup>14</sup> Manuel Sabino era, também, ourives. Pelo mesmo procedimento, isto é, fundindo tipos e montando o prelo, editou, em 1828, o *Echo do Serro*.<sup>15</sup> Na mesma época, na Vila da Campanha da Princesa, o padre José de Sousa Lima montou uma tipografia e uma fundição de tipos.<sup>16</sup> Porém, pelo que se sabe, desse empreendimento não nasceu nenhum periódico, fato que ocorreria naquela vila somente em 1832, com a aparição da *Opinião Campanhense*, fundada e redigida por Bernardo Jacinto da Veiga, irmão do célebre redator da *Aurora Fluminense*.

### Multiplicam-se as tipografias

Além da Oficina Patrícia de Barbosa e Cia., outros estabelecimentos tipográficos foram implantados na Província de Minas Gerais, na década de 20 do Oitocentos. Em Mariana, temos conhecimento da impressão de um *Compêndio dos Exercícios da Venerável Ordem Terceira da Penitência*, tirado na Oficina de José Vicente Ferreira, com data de 1826. Esse *Compêndio* comprova a existência de um estabelecimento tipográfico naquela localidade. Mas, pelo que se sabe, daquela Oficina não saíram periódicos ou panfletos políticos. Somente em 30 de maio de 1830 foi publicado o primeiro periódico da cidade: a *Estrella Mariannense*. Inicialmente sua impressão era realizada em Ouro Preto, na Tipografia Patrícia do Universal, e enviado para a vizinha Mariana.<sup>17</sup> No dia 14 de abril de 1832, com a instalação da Tipografia Mariannense, o jornal passou a ser impresso na cidade a que era destinado.<sup>18</sup> Porém, sete meses depois da transferência para a sede do bispado, a *Estrella* encerrava suas atividades.<sup>19</sup>

Luiz Maria da Silva Pinto, que não alcançara êxito com a Tipografia Nacional da Província de Minas Geraes, não desistiu de seu projeto. Em 1828, estabeleceu-se em Ouro Preto, na rua do Carmo nº 26, com a *Typographia de Silva*, a qual, “alem de typos, já [empregava] gravuras”.<sup>20</sup> Esse novo estabelecimento ocupava-se, principalmente, de papéis oficiais, como as *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*, impressas em 1829. Além disso, na mesma tipografia foi impresso o *Dicionário da Língua Brasileira*, de autoria do próprio Silva Pinto, em 1832. Como vários impressos daquele tempo, as despesas para a edição do léxico foram custeadas por “Assignantes desta, e mais Províncias do Império”.<sup>21</sup>

Vimos que personagens proeminentes da história tipográfica mineira produziram, com esforço e materiais

próprios, suas máquinas de imprimir. Entretanto, outras tipografias foram trazidas, no lombo de burros, da capital do Império. Assim foi com o prelo que deu origem à Typografia da Sociedade Pacificadora. Em sessão da Sociedade Pacificadora de Sabará, a 13 de dezembro de 1831, Manoel Soares do Couto exigia uma “Letra de 4:400\$000 a sua ordem no Rio de Janeiro, onde mandar[ia] se effectuar a compra da Typografia por incumbencia da Sociedade”.<sup>22</sup> Os sócios, então, coadjuvaram com doações pecuniárias, até se chegar à soma requerida. No ano seguinte, a Sociedade Pacificadora já contava com sua tipografia e publicava seu periódico: *O Vigilante*.

Para além de mera “curiosidade” bibliográfica, o percurso pelo cotidiano de uma oficina tipográfica possibilita o esclarecimento do processo de transmissão dos textos.<sup>23</sup> Os percalços da produção do impresso e os traços específicos dessa atividade indicam-nos algumas das maneiras pelas quais as idéias foram difundidas e penetraram na sociedade mineira das primeiras décadas do Império. Acreditamos, tal como Chartier, que a restituição do “contexto imediato da produção [dessas] peças destinadas a fazer crer ou agir” contribui para “restabelecer o papel tido pela imprensa nos conflitos, essenciais ou minúsculos, que colocaram em jogo a sorte do Estado”.<sup>24</sup> Percebemos esse processo por meio das histórias de tipografias mineiras, como a Typografia do Universal, a qual podemos percorrer por meio dos registros oficiais, como veremos a seguir.

Sabemos como era difícil a obtenção de prelos. Entretanto, outra indagação se coloca: como era o interior de uma oficina tipográfica mineira na primeira metade do século XIX? Tentemos transitar pelo ambiente de uma tipografia por meio de um registro deixado por José Pedro Dias de Carvalho, proprietário da Typografia do Universal. Em 13 de dezembro de 1835, Carvalho pretendia desfazer-se de seu estabelecimento. Para tanto,

redigiu uma carta à Presidência da Província, oferecendo todo o material tipográfico pelo preço de “seis contos e quatrocentos mil réis, pagando-se a 4ª parte à vista, e o resto a prestações”. O conteúdo que seria negociado está elencado em um inventário anexado à correspondência com a referida proposta. Nesse documento, encontramos toda sorte de ferramentas: balas, cavaletes, componedores, galés, martelo, mochos, serrote, tamboretas etc. Chamam-nos a atenção as “diversas qualidades de typo com que está surtida” a tipografia. Havia uma “porção de typo novo” de três modelos distintos – “leitura”, “gaillarde” e “petit-romain” – que se encontrava “ainda encaixada”, pois tinha acabado de chegar do Rio de Janeiro. Existiam, também, tipos de outras qualidades “que se fundi[ram] nesta Cidade”.

Além disso, “ha muito grande sortimento de letras grandes, de doze pontos, vinhetas, linhas, entrelinhas de metal, armas do Império, e enfeites próprios de typografias”. Toda essa variedade era empregada em “3 prelos, sendo um grande e dous menores”. No entanto, em meio às muitas caixas, encontramos um “aparelho de fundir tipos” que Carvalho dizia ser capaz de produzir “a letra denominada leitura, e grifo, e capital completos”. Esse instrumento servia, conforme o proprietário, “para composições ordinárias”. O aparelho era essencial, já que os custos para aquisição de tipos móveis, a maioria oriunda do Rio de Janeiro, impedia a reposição constante das peças desgastadas.<sup>25</sup>

Dez anos separam a velha Officina Patrícia, de Barbosa e Cia., da Typografia do Universal. Em sua trajetória, a oficina de José Pedro Dias de Carvalho representa certo crescimento da atividade impressa na Província de Minas Gerais e a formação de um espaço público. Esse desenvolvimento levou em conta as transformações políticas pelas quais passou o Império do Brasil. Era a segunda vez que o estabelecimento seria negociado, já que Carvalho o adquiriu de seu fundador, Manoel José Barbosa, em 1827. Contudo, ao que parece, não se

Lista dos objetos pertencentes à Typografia Nacional da Província de Minas Gerais assinada por Luiz Maria da Silva Pinto, Ouro Preto, 1828. Arquivo Público Mineiro – SP-PP 1/54, cx.03, doc.06, p.1.

Lista

N.º 6.

Com objectos pertencentes à Typografia Nacional da Prov.  
de Minas G.ª, q. restadas em poder do Inspector da m.  
Typografia, e ord. de entrega ao Sr. Manoel José dos Aff.  
marques Nacionaes, p. ordem da Ex.ª Junta da Fazenda.

Duas arrobas, e vinte e duas libras de xumbo com letra, or-  
natos &c.  
Uma maquina de madeira p.ª imprimir.  
Duas Chinas subdivididas em caixas p.ª tipos.  
Uma d.ª pequena, q. trouxe a letra de B.ª de Jant.  
Alguns tipos de cobre, e lata p.ª caracteres, &c.  
Alguns peças de madeira p.ª ser.ª em.ª num.ª sacco.  
Um tinteiro com almofada de couro p.ª a tinta.  
Duas balas p.ª amparar a tinta.  
Duas galas bonadas de lata p.ª suas paginas de mais folio  
duas d.ª p.ª sua pagina de mais folio.  
Três d.ª — idem com subdivisões.  
Uma d.ª — p.ª quarto de pagina.  
Uma de suas latas, q. trouxeram tinta de Rio, com  
resto da enxada.

Outro resma de papel contendo varios impressos, em 3.352 folhos

Recebi os generos constantes da Relação acima.  
Imperial Cidade do Ouro Preto, Sigo da Relação  
acima p.ª mão do Sr. Manoel José Sarg.º Mor Luiz  
Maria da S.ª Pinto. Imperial Cid. do Ouro  
Preto 20 de Junho de 1828.

João José Barbosa

efetivou a transação. José Pedro Dias de Carvalho continuou com sua tipografia até fevereiro de 1843, quando foi arrendada a Tristão Francisco Pereira de Andrade.<sup>26</sup> Depois disso, não encontramos mais notícias sobre a Typografia do Universal.

### Oficiais e proprietários

As fontes consultadas indicam que as primeiras oficinas tipográficas em Minas Gerais não eram grandes empresas. O proprietário, por vezes, revezava-se nos papéis de redator, compositor e impressor.<sup>27</sup> Além do mais, a maioria das tipografias, senão todas, estava às voltas com problemas gerados pelo pequeno número de funcionários. No entanto, esses mediadores foram indispensáveis na produção impressa.

Eram os compositores e impressores quem ordenavam os tipos, compunham o texto e apertavam as prensas que traziam à luz panfletos, proclamações e periódicos, ou seja, eram as personagens que realmente faziam funcionar toda a engrenagem tipográfica na província. A importância dessas pessoas já fora notada por Robert Darnton, em seu trabalho sobre a produção da *Enciclopédia* na Suíça do século XVIII.<sup>28</sup> Acreditamos que a pesquisa desse historiador norte-americano sirva de base para compreendermos o trabalho dentro de uma tipografia mineira do século XIX. À guisa de explicação, a tecnologia de impressão não havia sofrido muitas transformações até aquela época. Além disso, boa parte dos materiais tipográficos – papel, tinta, tipos móveis, ferramentas etc. – era oriunda da França. Mesmo alguns prelos poderiam ser desembarcados no Rio de Janeiro e enviados ao interior do Brasil.

Há várias informações sobre aqueles que investiam numa tipografia. Entretanto, os registros sobre indivíduos que exerciam ofícios nesses estabelecimentos são raros e imprecisos. Temos conhecimento de que, em Vila

Rica,<sup>29</sup> dois irmãos pardos, Pedro Fernandes Santiago e Francisco de Paula, declararam viver “do ofício de imprimir”, como consta dos autos de uma devassa procedida pelo juiz Antônio Augusto Monteiro de Barros, em janeiro de 1823.<sup>30</sup> Não sabemos se aqueles irmãos eram compositores ou impressores, mas podemos perceber que eles se consideravam distintos pelo seu ofício. Ademais, faziam parte do imenso grupo de pardos e mulatos que exerciam algum ofício mecânico na província.<sup>31</sup>

Por meio de outras fontes podemos saber quem eram os impressores e em quais tipografias trabalhavam.<sup>32</sup> Daqueles que exerciam o mister de compositor, quase não restaram notícias. Sabe-se que algumas tipografias possuíam mais de um desses profissionais. Porém, isso não impedia que problemas ocorridos “pela falta de compositores” continuassem a afligir as oficinas, como o *Novo Argos*, que não saíra “no dia marcado por ter adoecido um dos compositores”,<sup>33</sup> em março de 1833. Não sabemos quem eram aqueles trabalhadores, mas notamos que sua ausência repercutia imediatamente na produção tipográfica, incidindo sobre a própria circulação local de jornais.

Excetuando-se as tipografias ditas artesanais, em que compositor, impressor e redator eram a mesma pessoa, as oficinas tipográficas das décadas de 1820 e 1830 contavam com certo contingente de operários. Para a Typografia do Universal, que contava com três prelos e chegou a imprimir quatro periódicos num mesmo período,<sup>34</sup> o trabalho em seu interior requeria número considerável de pessoas, que dividiriam o mesmo espaço de uma pequena loja ou casa.<sup>35</sup> Os compositores, com seus dedos ágeis, provavelmente compunham o texto da seguinte maneira: “faziam as linhas transferindo os tipos das caixas para os componedores, faziam as páginas passando dos componedores às galés, e as fôrmas mediante a imposição das páginas na rama”.<sup>36</sup>

Seguia-se a fase de impressão. As tipografias mineiras possuíam apenas um impressor para realizar diversos procedimentos. Cabia a esse profissional “misturar as tintas, encher as balas e regular a prensa”.<sup>37</sup> Posteriormente, começava a “puxar e a “bater”. Distribuíam a tinta pela superfície das balas, esfregando uma contra a outra. Em seguida, “entintava, ou ‘batia’ a fôrma, que fora enquadrada em uma caixa móvel, o ‘cofre’, sobre o carro horizontal da prensa aberta”.<sup>38</sup> Essa era a primeira parte da tarefa. O trabalho subsequente consistia em colocar

[...] uma folha sobre o caixilho recoberto com um pergaminho, o “tímpano”, suspenso sobre a fôrma por meio de dobradiças. Fechava a prensa baixando outro caixilho, a “frasqueta”, por sobre a folha, e dobrando a frasqueta, a folha e o tímpano juntos em cima da fôrma. A seguir manobrava metade da fôrma, posicionando-se sob a platina, um bloco plano suspenso por um eixo na parte vertical da prensa. Puxando a barra da prensa, fazia o eixo girar como um parafuso na porca, baixando a platina e comprimindo-a sobre o verso do tímpano, produzindo então uma impressão no papel colocado entre o tímpano e os tipos. Após manobrar a outra metade da fôrma para debaixo da platina, ele a imprimia, manobrava a fôrma para fora novamente, desdobrava o tímpano e a frasqueta e removia a folha recém-impressa, colocando-a sobre uma nova pilha.<sup>39</sup>

Como foi visto nessa exaustiva descrição, o ofício, além de força e resistência, demandava certo conhecimento técnico, fazendo com que fossem esses profissionais visados pelo próprio Estado. Recaía sobre o impressor, juntamente com o editor, o autor e o vendedor, a responsabilidade por impressos sediciosos, polêmicos ou insultantes. No entanto, ficaria, conforme a lei, “isento de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação

de responsabilidade do editor, sendo esta pessoa conhecida, residente no Brasil, que esteja no gozo dos direitos políticos, salvo quando escrever em causa própria”.<sup>40</sup>

Parece estéril e inútil falarmos desses operários que nos legaram, num olhar superficial, poucos registros de sua atividade. Contudo, não devemos esquecer que em cada livro, folheto ou periódico que nos vieram às mãos se encontram gotas do suor diário dessas pessoas. De fato, impressores e compositores contribuíram na divulgação de saberes, técnicas e doutrinas, participando ativamente do processo de estabelecimento de um espaço público em terras mineiras. Dito isso, tratemos dos produtos dos prelos de Minas Gerais.

### Percalços de impressão

Os impressos foram “ingrediente” ativo das culturas políticas das décadas de 1820 e 1830. Contudo, o processo de produção dessas obras dependia de fatores como a própria capacidade do estabelecimento tipográfico. A história da impressão de determinada obra, com seus atropelos, problemas e peculiaridades, apresenta-nos um pouco do cotidiano dos estabelecimentos tipográficos mineiros no período regencial. Por conseguinte, oferece-nos pistas sobre uma “cultura impressa” na Província de Minas Gerais. Tomemos como exemplo a publicação da *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos,<sup>41</sup> vinda a lume no final de 1828, pela Typographia do Astro de Minas. Esse documento, réplica de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao marquês de Baependi, constituiu-se, sobretudo, em “prestação de contas” do deputado mineiro aos seus eleitores. Primeira atitude do gênero num país que mal saíra da vida do Antigo Regime, talvez por isso, nela percebemos algo de entusiasmo, pureza e esperança. Vasconcelos acreditava nas instituições representativas.<sup>42</sup>



Bernardo Pereira de Vasconcelos (Vila Rica, 1795 – Rio de Janeiro, 1850). Fotografia de L. Musso & Cia. Arquivo Público Mineiro – PE-120.

Embora Bernardo Pereira de Vasconcelos tenha escrito os originais na cidade de Ouro Preto, sua obra foi impressa em São João del-Rei, na Typographia do Astro de Minas. Nesse mesmo estabelecimento, criado pelos esforços de Batista Caetano de Almeida, em 1827 foi publicada a primeira “folha pública” da vila: o *Astro de Minas*. Sabe-se que a *Carta* foi impressa em duas partes, distribuídas entre os “Cidadãos liberais” da província de Minas que contribuíram para sua subscrição. Conforme anúncio veiculado pelo *Astro* de 20 de dezembro de 1827, pelo preço de 1\$200 rs., podia-se subscrever para a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, que “constar[ia] de mais de 200 pag. em quarto grande”.<sup>43</sup> Em janeiro de 1828, repetiu-se o aviso. Dessa vez, ao mesmo tempo em que se anunciavam “os Livros Compendio de Agricultura 5 volumes, e Contrato Social de J. J. Rousseau”, o *Astro de Minas* informava a

[...] quem quiser subscrever para esta Carta [de Vasconcelos], o pode fazer nesta Villa [de São João del-Rei] na Imprensa do Astro, na Imperial Cidade [de Ouro Preto] na Imprensa Patrícia de Barboza e Com., em Sabará na casa do Cap. Bento Rodrigues de Moura, na Villa do Príncipe na de Francisco José Vasconcellos Lessa, na Campanha em casa do Tenente Ignacio Gomes, em Pouso-Alegre em casa do Conego José Bento Leite Ferreira de Mello, no Rio de Janeiro em casa de Estevão Alves de Magalhães.<sup>44</sup>

O *Astro* oferece-nos outras pistas da produção da obra de Vasconcelos. Os trabalhos com a impressão da *Carta* ocuparam toda a tipografia de Batista Caetano. Porém, a publicação atrasava-se. Os subscritores estavam impacientes. Assim, em junho de 1828, o editor exarou um pedido de desculpas, explicando que o atraso se deveu à “falta de compositores, e demora do papel”.<sup>45</sup> Contudo, aparentemente, os problemas com a “impressão da Carta do Sr. Deputado Vasconcellos” estavam longe de terminar. Em julho, o editor explicava:

Achando-nos pensionados com a carta do Sr. Deputado Vasconcellos, avisamos aos Srs., que nos quiserem enviar suas correspondências para serem impressas avulsas, ou como Supplemento, que de hoje em diante as não podemos imprimir, tanto pelo motivo referido, como por nos acharmos sobrecarregados de trabalho com as que já aceitamos.<sup>46</sup>

A sobrecarga com a *Carta* impossibilitou a impressão de outros textos. Isso pode ter impedido a divulgação de correspondências, normalmente impressas num “suplemento” que vinha incluso no final dos exemplares do *Astro de Minas*, que conteriam alguma nova polêmica envolvendo os próprios concidadãos, já que era o único periódico da vila naquele tempo. As dificuldades para a obtenção “do papel, falta de trabalhadores, e por algumas outras circunstancias que ocorrerão”,<sup>47</sup> impediram a rápida finalização do impresso. Os problemas na realização da empreitada levaram o editor a pedir a autorização de Bernardo Pereira de Vasconcelos para que distribuísse “como primeira parte 11 folhas da sua Carta aos Srs. Eleitores Mineiros”, informando “aos Subscritores que quizer[a]m recebe-las, poder[i]ão mandar buscar a esta Typographia de 13 do corrente [mês de outubro] por diante”.<sup>48</sup> Como podemos perceber, os trabalhos com a publicação da obra arrastaram-se por bastante tempo. A *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* foi totalmente concluída somente em novembro de 1828, ou seja, onze meses depois dos primeiros anúncios nas páginas do *Astro de Minas*.

Indício dos problemas de uma tipografia artesanal, a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* não pôde ser publicada integralmente. A estratégia de divulgá-la paulatinamente objetivou evitar “sobrecargas” no estabelecimento tipográfico. Podemos perceber a limitação da própria tipografia, o que a tornava vulnerável às adversidades como a escassez de



Posturas Policiaes da Câmara da Leal Cidade de Mariana. Minas Gerais, Conselho Geral da Província. Ouro Preto: Tipografia Silva, 1829. Acervo Arquivo Público Mineiro – OR-0013.

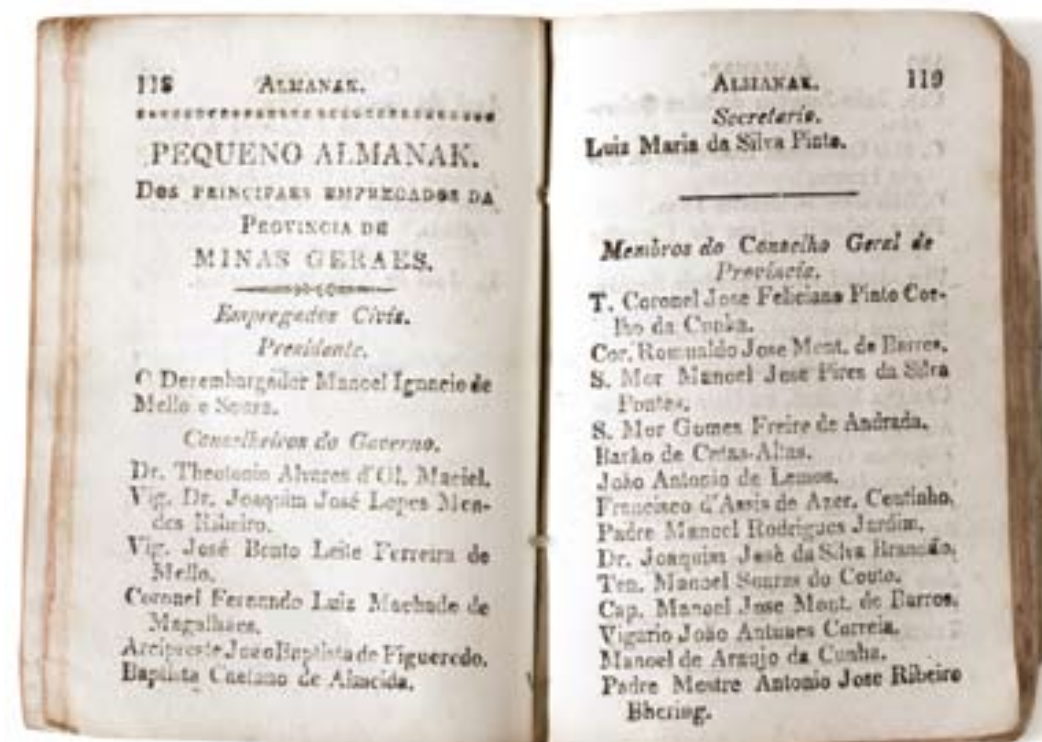
matéria-prima e a “falta de compositores”, alegada pelo editor do *Astro de Minas*.<sup>49</sup> Os outros estabelecimentos tipográficos mineiros desse período partilhavam as mesmas características e os mesmos problemas. Além disso, a produção das tipografias mineiras auxilia-nos a perceber a inserção dos impressos como força ativa na vida política do Império. Não era somente o conteúdo doutrinário que acompanhava os periódicos que influenciou o jogo político. Os produtos dos prelos mineiros, em suas diversas formas e conteúdos, ajudaram a moldar as culturas políticas daquele tempo. Com efeito, a palavra impressa foi “ingrediente do acontecimento”, como definiu Robert Darnton, ao perceber a “revolução impressa” ocorrida no século XVIII.<sup>50</sup>

Nesse contexto, a Typografia do Universal estava apta a produzir diversos tipos de impressos, como cartas, proclamações, editais, folhinhas e opúsculos. A Câmara Municipal de Ouro Preto, após 1823, adotou a prática de imprimir seus editos. Mais da metade dos editais arrolados na documentação da Câmara foi impressa pela dita tipografia.<sup>51</sup> Assim também o Conselho Geral da Província, pois, pelos 500 exemplares das “felicitações que o Conselho Geral mandou imprimir”,<sup>52</sup> a Typografia do Universal cobrou 20\$000 réis. Esses pequenos impressos respondiam por parcela considerável do trabalho no interior da oficina. Entretanto, além da impressão dessas pequenas folhas, a Typografia também podia conceber livros e folhetos.

#### Folhinhas d’algieira

Destacamos um gênero de publicação, bastante comum naquela época, que auxiliava na tarefa de passar “a memória das coisas às outras gerações”.<sup>53</sup> a folhinha d’algieira. As folhinhas d’algieira eram publicações de bolso destinadas ao uso constante, diário, de seu possuidor. Em vista disso, poderiam sofrer com o desgaste provocado pelo uso intenso e/ou serem abandonadas a cada ano nascente. Dessa circunstância resulta a raridade de exemplares desse tipo de impresso em acervos de arquivos e bibliotecas. Encontramos apenas um único volume, referente ao ano de 1832, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Trata-se da *Folhinha d’Algieira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, impressa pela referida Typografia do Universal.<sup>54</sup> A partir desse exemplar, podemos tirar algumas conclusões sobre os significados desse gênero de impresso na Província de Minas Gerais.<sup>55</sup>

Essas “folhinhas”, como o próprio nome indica, consistiam numa espécie de calendário de bolso. Eram publicações de periodicidade anual, geralmente anunciadas pelos jornais periódicos no findar de cada ano:



Folhinha d’Algieira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831. Acervo Arquivo Público Mineiro – OR-PERI-0010.

A Folhinha d’algieira para o anno de 1832 acha-se à venda pelo preço de 320 réis nas casas dos srs. Manoel Soares do Couto João Teixeira Soares E na Typografia do Universal.<sup>56</sup>

Pelo preço de 320 réis, o equivalente ao valor cobrado por seis quilos de feijão ou oito quilos de farinha de mandioca,<sup>57</sup> teoricamente qualquer pessoa poderia ter esse verdadeiro guia para o “cidadão liberal”, como nos mostra sua estrutura, parente próximo dos tradicionais almanaques.<sup>58</sup>

A *Folhinha d’Algieira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, evidentemente, apresentava um espaço reservado para o calendário.

Nele, figuravam as datas, as fases da lua, os santos do dia e os festejos religiosos ou civis. Além disso, também havia espaço para a inserção de notícias sobre o país e a província, como a quantidade de “fábricas de diversas manufacturas” existente em Minas Gerais. Afirmava a *Folhinha* que a província contava com

[...] uma [manufatura] de Chapeos excellentes em S. Gonçalo de Campanha, duas de fundir typos em Ouro-preto, e Tejuco [...]. Sobre tudo o maior ramo da industria é a de ferro, do qual existe na Província um consideravel numero de Fabricas, mais ou menos grandes. De todas supoem-se que a principal virá a ser a de Mr. Monlevad.<sup>59</sup>

Como um guia para o cidadão atuante, informava-se o número de periódicos, tipografias e “Sociedades Patrióticas da Província”. Também o funcionamento da Biblioteca Pública de Ouro Preto, cujo expediente era “de manhã desde as 9 horas até ao meio dia, e de tarde das 3 às 6”. Uma parte destinada à “notícia geográfica do Império do Brasil” trazia os principais dados geográficos da província e do país, principalmente o relevo, a hidrografia e a divisão político-administrativa.

Contudo, logo ao abrirmos o volume, saltam aos nossos olhos as “Notícias Cronológicas”. Como todo almanaque, a *Folhinha* relacionava-se ao ano já findo: 1831. Era o momento da euforia liberal após a abdicação de D. Pedro I. Tratava-se, portanto, de instaurar um estado de coisas e, simultaneamente, legitimar um projeto político por meio da fixação de uma data. Nesse sentido, ensina-nos a *Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* que

[...] cronologia é a arte de medir os tempos; de fixar épocas para esse fim &c. Época é um ponto geralmente determinado por algum acontecimento notável, desde o qual se conta o tempo, e os annos contados desde aquelle ponto chamão-se uma Era. O Nascimento de Christo é uma época, os annos que se contão desde aquelle acontecimento chamão-se a Era Christã.<sup>60</sup>

Adiante, eram apresentadas as “Épocas Nacionaes”. Dentre todas as datas, despontava o “sempre memorável dia 7 de Abril”, pois “[era] celebrado como o da Regeneração do Brasil, por que cessou a reinar o Tyrano, e nasceo uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil”.<sup>61</sup> Portanto, vivia-se numa nova “era”: a “era liberal”.

Interessa-nos, nesse trecho, a significação que a *Folhinha* emprestou ao termo “regeneração”. Percebemos que essa palavra era caracterizada como “uma nova ordem de

cousas, até então desconhecida no Brasil”.<sup>62</sup> Dessa forma, “regeneração” pode ser tomada como sinônimo de “revolução”. Conforme afirma Hannah Arendt,

[...] somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para construir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução.<sup>63</sup>

Assim, vivia-se o “mito da revolução”.<sup>64</sup> A data de 1831 representava a abertura de horizontes políticos para parte da sociedade brasileira. Com a abdicação, instaurava-se um tempo de experimentação e utopias, levando muitas pessoas à sensação de euforia e esperança com o porvir. Esse “tempo de esperança” enchia os corações e mentes daqueles que almejavam a liberdade, em seus diversos significados. Entretanto, aumentavam os receios daqueles que estavam, naquele momento, na direção do governo.

As folhinhas d’algibeira, bem como outras publicações escritas, são objetos cujo conteúdo interferia, ou pretendia interferir, nos usos correntes da sociedade no sentido de alterar o seu curso, investindo ou se apropriando de valores para os quais o público estaria mais susceptível,<sup>65</sup> ou seja, quando eram produzidas e vendidas, as “folhinhas” carregavam consigo uma intenção. Ensina-nos Eliana de Freitas Dutra que os almanaques, parentes daquelas “folhinhas”, podem ser lidos pela via de uma “pedagogia lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória”.<sup>66</sup> Podemos perceber esse sentido “pedagógico” naquela *Folhinha d’Algibeira* quando ela traz consigo todo um programa para os anos vindouros.

Retornando à idéia de “regeneração”, exposta pela *Folhinha d’Algibeira* de 1832, devemos lembrar que “regenerar” é

sinônimo de “restaurar”. Nos séculos XVII e XVIII, o termo “restaurar” poderia ser compreendido “como retorno a uma situação anterior compreendida como legítima”.<sup>67</sup> Paradoxalmente, a *Folhinha* também poderia transmitir a idéia de um tempo cíclico, evocando o retorno a uma ordem antiga. Assim, podemos depreender a idéia de “regeneração”, ainda, como afirma Ilmar Rohloff de Mattos, “não como uma ruptura ou o início de um novo tempo, e sim como ponto de chegada, o coroamento de um movimento de constituição da sociedade”.<sup>68</sup> Nesse sentido, talvez a *Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* pretendesse, como os almanaques da Revolução Francesa, “parar o curso da história ao comemorar o ano I da utopia”.<sup>69</sup>

### Tornando tipos em balas

O principal fruto dos prelos mineiros não eram as folhinhas d’algibeira, mas sim o periódico. Imersa num ambiente efervescente, a vida de uma tipografia girava sob a órbita do jornal: *Typographia da Opinião Campanhense*, *Typographia do Constitucional Mineiro*, *Typographia do Astro de Minas*. Ao receber a denominação do principal periódico que publicava, o estabelecimento tipográfico divulgava o propósito fundamental de sua existência: o combate político. De fato, uma guerra se processou naqueles anos, e as principais armas foram forjadas, em papel e tinta, nas pequenas oficinas de impressão. Enfim, ao potencializar o discurso escrito por meio da prática da impressão, trazendo à luz periódicos e panfletos políticos, os tipógrafos participaram ativamente da constituição dos espaços de debate na Província de Minas Gerais.

Dito isso, podemos encerrar este artigo recorrendo a uma alegoria. José Ferreira Calazans, antigo tipógrafo de Ouro Preto, empregado na Tipografia do Universal, conta-nos que seu patrão, José Pedro Dias de Carvalho, destinou os tipos do referido periódico para a confecção de balas que

iriam alimentar a Revolução Liberal de 1842.<sup>70</sup> O fato é repleto de significados. Começemos pela data: 1842. Naquele ano, ocorrera a célebre Revolução Liberal em Minas Gerais. Foi ela o último suspiro dos liberais frente à revogação de suas conquistas, instaurando-se um período “de sonhos frustrados e intenções transformadas em vitoriosas”.<sup>71</sup>

Entretanto, o relato de Calazans conserva conteúdos ocultos. À primeira vista, concluiríamos que o movimento de 1842 foi a continuação da prática política por meios belicosos, pois, pela sucessão de eventos, as questões não resolvidas no campo político – a dissolução da Assembléia Legislativa do Império em 1842, que se tornara o estopim da revolução – foram encerradas na e pela guerra. Contudo, ao transformar em projéteis os tipos, o que o velho tipógrafo fez foi materializar um processo anterior, talvez razão da existência daquele material: o combate. Tratemos de inverter, tal como Michel Foucault, “a posição de Clausewitz, afirmando que a política é a prolongação da guerra por outros meios”.<sup>72</sup> Foi uma guerra que se processou arduamente durante os anos das Regências, que teve como um dos espaços e arma de luta a imprensa periódica.

Como um dos instrumentos para a ação política, o jornal revestiu-se de poder. Verdadeiros petardos foram lançados por meio das páginas impressas. De fato, foram balas em forma de tipos móveis o que fomentou a luta discursiva verificada naqueles anos furiosos. Assim, Calazans operou uma revalidação dos pequeninos tipos, impondo-lhes a sua forma verdadeira: munição para uma guerra contínua, ininterrupta mesmo sob o disfarce da paz.

### Notas |

1. Sobre a imprensa em Minas Gerais no século XIX, ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48): formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional*. Dissertação



(Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Sobre a imprensa no Império do Brasil, ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003.

2. CHARTIER, Roger. La culture de l'imprimé. In: CHARTIER, Roger (Dir.). *Les usages de l'imprimé* (XV<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècle). Paris: Fayard, 1987. p. 8.

3. BRASIL. *Código Criminal do Império do Brasil*. 3. ed. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831. cap. VIII, art. 303, p. 217-218.

4. APM/CMOP 251. "Participações de Tipografias". Ouro Preto, 1831-1866.

5. Há dúvidas quanto à data de impressão do documento. Conforme Xavier da Veiga, em *Imprensa em Minas Geraes, Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, p. 175-179, 1898, o *Canto Encomiástico* foi publicado em 1807. O historiador mineiro pauta-se no volume sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, doado por Artur Alves d'Alcântara Campos, em 1895. Contudo, há um volume pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em que consta a seguinte nota manuscrita: "Impresso em Ouro Preto pelo celebre Pe. Je. Joaqui. Viegas de Menezes em 1806?". A interrogação no final da nota expressa dúvida, no entanto, crê-se que o volume foi impresso antes da transmigração da Corte portuguesa, em 1808. Para um estudo aprofundado do *Canto Encomiástico*, ver: CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. Estudo bibliográfico. In: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986. p. 19-41.

6. Versos extraídos de: UMA RARIDADE BIBLIOGRÁFICA. O Canto Encomiástico..., *passim*.

7. FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. p. 217.

8. Para uma descrição pormenorizada do processo de composição do *Canto Encomiástico* e breve biografia de Viegas de Menezes, ver: CUNHA. Estudo bibliográfico...; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*: um breve estudo geral sobre a informação (1500-1822). Edição fac-similar de 1946. São Paulo: Imesp, 1988, p. 313; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Imprensa em Minas Geraes. Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Imprensa Oficial, ano III, p. 175-179, 1898; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998. p. 629-634.

9. Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), natural de Goiás e radicado em Minas, foi secretário de governo do último período dos capitães-generaes até os primeiros anos do Império. Cf. VEIGA. *Imprensa em Minas Geraes...*, p. 184.

10. Plano para administração da Typographia Provincial (08/03/1822) *apud* VEIGA. *Imprensa em Minas Geraes...*, p. 185-186.

11. Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] *apud* VEIGA. *Imprensa em Minas Geraes...*, p. 183.

12. Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província [s.d.] *apud* VEIGA. *Imprensa em Minas Geraes...*, p. 183.

13. *Abelha do Itaculomy*. Ouro Preto, 12 jan. 1824.

14. SENNA, Nelson Coelho de. Traços biográficos de serranos ilustres. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano X, p. 167-210, 1905.

15. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976. p. 287.

16. VALLADÃO, Alfredo. Campanha da Princesa. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 3 (Vida Cultural), parte I, p. 212, 1942. Ver também: VEIGA. *Imprensa em Minas Gerais...*, p. 194.

17. *Estrella Mariannense*. Ouro Preto, 30 maio 1830.

18. *Estrella Mariannense*. Mariana, 14 abr. 1832.

19. *Estrella Mariannense*. Mariana, 14 nov. 1832.

20. APM/CMOP 251. Participações de tipografia. Tipografia de Silva, f.1v. Ouro Preto, 18 abr. 1831.

21. PINTO, Luiz Maria da Silva. Prólogo. In: \_\_\_\_\_. *Diccionario da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Para estudo detalhado desse *Diccionario*, ver: FRIEIRO, Eduardo. Um velho dicionário impresso em Minas. In: \_\_\_\_\_. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

22. *Vigilante*. Sabará, 19 jan. 1833.

23. DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 124.

24. CHARTIER. La culture de l'imprimé..., p. 12, tradução nossa.

25. APM/PP 1<sub>54</sub>, cx. 03, doc. 13. Inventário da Tipografia do Universal. Ouro Preto, 13 dez. 1835.

26. APM/CMOP 251. Participação da Tipografia de Tristão Francisco Pereira de Andrade, f. 5v. Ouro Preto, 16 fev. 1843.

27. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 159.

28. DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800. Trad. Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 148-195.

29. Somente em 24 de fevereiro de 1823, por meio de Decreto Imperial, Vila Rica foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Ouro Preto. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 231.

30. CASA DOS CONTOS/Arquivo de Cartórios de Ouro Preto. Processo 9672, Cód. 475. Ouro Preto, jan. 1823. *Apud* TEIXEIRA, João Gomes; LANARI, Cássio; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *O primeiro impresso em Minas Gerais*. Ouro Preto: Casa dos Contos, 1976. p. 18-19.

31. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 85.

32. Há informações interessantes no código APM/CMOP 251. Também podem constar os nomes dos impressores nos próprios periódicos.

33. *Novo Argos*. Ouro Preto, 8 mar. 1833.

34. Os periódicos impressos no mesmo período na Typografia do Universal eram: *O Universal*, *Estrella Mariannense*, *Novo Argos* e o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, todos entre 1831 e 1832.

35. A Typografia do Universal foi constantemente transferida de uma casa para outra, mas a maioria das moradas que ocupou estava localizada na praça central, hoje praça Tiradentes, em Ouro Preto.

36. DARNTON. *O Iluminismo como negócio...*, p. 189.

37. DARNTON. *O Iluminismo como negócio...*, p. 189.

38. DARNTON. *O Iluminismo como negócio...*, p. 189.

39. DARNTON. *O Iluminismo como negócio...*, p. 189-191.

40. BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830 – Sobre o abuso da liberdade da imprensa. Título II - Dos Responsáveis. *Collecção das Leis do Império do Brazil* (1830). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

41. VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 58-191. (Coleção Formadores do Brasil.)

42. VASCONCELOS. Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais..., p. 19.

43. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 20 dez. 1827.

44. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 31 jan. 1828.

45. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 14 jun. 1828.

46. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 31 jul. 1828.

47. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 6 nov. 1828.

48. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 9 out. 1828.

49. *Astro de Minas*. São João del-Rei, 14 jun. 1828.

50. DARNTON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa*: a imprensa na França (1775-1800). Trad.: Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 15.

51. APM/CMOP 2<sub>2</sub>, cx. 01. Editais da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1823.

52. APM/CGP 1<sub>1</sub>, cx. 07, doc. 18. Recibos Conselho Geral da Província. Ouro Preto, 6 fev. 1833.

53. BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Trad. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 3. ed. Lisboa: Europa-América, 1975. p. 66.

54. *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

55. Ressaltamos que o Arquivo Público Mineiro possui uma pequena coleção de folhinhas d'algibeira, mas apenas um exemplar impresso em Minas Gerais referente ao período que nos ocupamos. A maior parte da coleção refere-se à segunda metade do século XIX, sendo que dois volumes são da década de 1840 e um de 1839, todos originários do Rio de Janeiro.

56. *Universal* (O). Ouro Preto, 31 out. 1831.

57. Os valores são referentes aos cobrados na praça de São João del-Rei em 1833. Cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 224. Vale lembrar que a base da alimentação do pobre consistia em feijão com toucinho e carne seca. O jantar, como afirma Eduardo Frieiro, "não ia além da farinha de mandioca com caldo de laranja ou carne seca, ou então mingau ralo de fubá com couve". Cf. FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966. p. 118.

58. DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-20.

59. *Folhinha d'Algibeira...*, p. 141.

60. *Folhinha d'Algibeira...*, p. 13.

61. *Folhinha d'Algibeira...*, p. 95-96, grifo nosso.

62. *Folhinha d'Algibeira...*, p. 95-96.

63. ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad. Flávio Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990.

64. Ilmar Mattos percebe esse "mito da revolução" nos movimentos de 1848. Ao analisar o discurso do Timandro, o autor diagnosticou "a esperança que movia aqueles Liberais, ao lado de um isolamento crescente que tanto sublinhava em cada um deles uma pureza de propósitos quanto a impossibilidade de perceber no momento em que viviam o que era concretamente novo e diferente, embora da idéia do novo utopicamente se nutrissem". Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*: a formação do Estado Imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 136.

65. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 8.

66. DUTRA. *Rebeldes literários da República...*, p. 20.

67. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*: usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 41.

68. MATTOS. *O tempo saquarema...*, p. 144-145. Também é significativa a idéia de uma "consolidação da Independência" exposta por Joaquim Nabuco ao referir-se ao 7 de Abril. Cf. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 21.

69. ANDRIES, Lise. Almanques: revolucionando um gênero tradicional. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *A revolução impressa*: a imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996. p. 307.

70. VEIGA. *Imprensa em Minas Gerais...*, p. 190. Ver também: VEIGA. *Efemérides Mineiras...*, data 20 setembro de 1897.

71. MATTOS. *O tempo saquarema...*, p. 2.

72. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 22.

**Luciano da Silva Moreira** é doutorando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este artigo é uma versão revisada da seção 3.1 do Capítulo 3 de sua dissertação de mestrado, intitulada *Imprensa e política: espaço público e cultura política na Província de Minas Gerais (1828-1842)*, Belo Horizonte, UFMG, 2006.